

TRABALHO E MOBILIDADE

Atração de trabalhadores numa área de expansão da mineração industrial no Brasil

Gil Almeida Felix¹

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Desde os anos 1960, frentes de expansão agropecuária condicionaram formas específicas de mobilização e imobilização da força de trabalho, bem como processos violentos de expropriação de terras ocupadas por pequenos produtores em várias regiões da Amazônia Oriental, no norte do Brasil. Essa expansão vem sendo estudada em vários aspectos, como foi o caso das dinâmicas de constituição e reprodução social da pequena produção rural e, mais recentemente, das formas de imobilização da força de trabalho nas fazendas, em especial, das suas formas mais violentas.

Esses fatos, amplamente denunciados, foram comumente tomados como expressões do atraso e qualificados como maneiras arcaicas de expropriação e de superexploração que teriam lugar nos rincões atrasados do país e que, portanto, seriam substituídos e/ou superados pelo desenvolvimento econômico e social ou por uma intervenção estatal qualificada.

Por outro lado, nos últimos anos, houve a expansão das atividades da indústria da mineração dirigidas pelo grande capital, em especial, pela empresa Vale e associadas, que tem mobilizado contingentes populacionais significativos para algumas cidades e tem sido anunciada como promotora do “desenvolvimento” local, na medida em que superaria determinadas dinâmicas sociais presentes nas atividades antes economicamente predominantes. Nesse sentido, esta comunicação trata de uma pesquisa sobre o processo de expansão de grandes projetos de mineração atualmente em curso no Brasil.

A etapa de pesquisa em questão foi realizada em períodos de campo nos anos 2011 e 2012, em um contexto que envolve dois municípios contíguos que tiveram grande crescimento populacional entre 2005 e 2012, no caso, por conta da instalação de

¹ Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/Brasil). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). gilalmeidafelix@gmail.com.

uma Mina e de uma Usina de beneficiamento primário de níquel: Ourilândia do Norte e Tucumã, situados na atual Rodovia PA 279, estado do Pará, norte do Brasil.

Esta etapa, no entanto, é um desdobramento de uma pesquisa anterior, em que, dentre outras questões, busquei compreender as formas de constituição e de reprodução social da pequena produção rural na região (ver Felix, 2008; 2009). Assim, antes, deparei-me com um contexto no qual o deslocamento espacial do trabalho era algo constitutivo do percurso de parcela dos pequenos produtores, o que sugeria, inclusive, a incorporação de um certo condicionamento social tanto daqueles que se constituíam precariamente como produtores independentes quanto dos que eram expulsos e proletarizados. Parte considerável dos pequenos produtores com quem dialogava se referiam a histórias de um período que designavam como estando “*no mundo*”. Assim também localizavam alguns de seus filhos ou a eles mesmos, no futuro, caso as condições de permanência se alterassem e eles tiverem que voltar a ficar “*no mundo*”. Com esta expressão, faziam uso de uma localização social específica, que relacionava determinadas relações de trabalho (como assalariado, trabalhador braçal, “*peão*”) a uma duração indefinida, ou seja, a uma condição que podia durar meses, anos ou mesmo décadas, subentendida, em geral, enquanto uma condição de grande mobilidade espacial.

A etapa de pesquisa a que me referirei nessa comunicação visou, portanto, dar prosseguimento às investigações anteriores, na medida em que busquei informações a partir de situações em que parcela desses trabalhadores considerados “*no mundo*” estivessem em trânsito ou recém estabelecidos em algum dos municípios que se transformaram rapidamente nos últimos anos (ou que representassem um rumo recorrente de fluxos do tipo).

Entretanto, a escolha que fiz por um contexto em que tal fluxo se estrutura a partir da implantação de uma grande mina e de suas atividades associadas requer ainda outras notas iniciais, uma vez que as condições de pesquisa e de produção científica apresentam certas particularidades.

A apresentação da empresa Vale como responsável pelo “desenvolvimento” e pelo “progresso” faz com que as intervenções e os investimentos da rede de produção representada por ela se deem com amplo apoio de órgãos de financiamento público e com incentivo fiscal e político dos agentes de Estado. Em contraponto, a implantação desses empreendimentos vem ocasionando conflitos, principalmente a partir da luta por indenizações ou contra as desapropriações de pequenos produtores rurais. Nos últimos

anos, ocorreram vários protestos públicos e foi organizada uma ampla rede de movimentos sociais específicos, como o “Movimento dos Atingidos pela Mineração” e a rede “Justiça nos Trilhos”, assim como a organização de encontros internacionais dos “atingidos pela Vale”. Por outro lado, desde 2005, os índios Xikrin da Terra Indígena Cateté, vizinhos diretos do empreendimento, também reivindicam indenizações e compensações pelos danos causados pela abertura da Mina, mediados por suas próprias associações indígenas, pela Fundação Nacional do Índio e pelo Ministério Público Federal.

As inquietações que deram origem a essa comunicação advêm, dentre outros motivos, dessas lutas em torno dos significados da implantação e expansão da mineração na região. Por um lado, pelos movimentos sociais cujas denúncias se baseiam na acusação de que a mineração “só traz crateras e miséria”, referindo-se à desativação das minas e ao deslocamento de pessoas para as regiões em que se anunciam novos “Projetos”, e, por outro, pelas empresas cuja intensa e poderosa propaganda é sempre voltada para a demonstração de que “trouxeram empregos e desenvolvimento”. A análise das trajetórias sociais do conjunto de trabalhadores que se desloca a partir das dinâmicas das minas era, nesse sentido, dado fundamental a ser verificado e problematizado.

Tendo essa preocupação, a pesquisa de campo foi realizada num período em que não havia mais crescimento, mas estagnação ou mesmo decréscimo populacional. A implantação da mina, que, antes da Vale, era propriedade da empresa de origem canadense Canico, se deu no período 2006-2010 e em junho de 2012 foram anunciados acidentes nos fornos de processamento do minério que levaram à interrupção das atividades extrativas por tempo indeterminado. A situação que encontrei, portanto, era de paralisação, fechamento ou deslocamento temporário de postos de trabalho da empresa Vale, o que se refletia em praticamente todas as demais atividades econômicas dos municípios pesquisados. Isso fez com que tivesse em campo uma situação bastante inusitada, que era acompanhar *in loco* a dinâmica tanto do crescimento recente quanto de sua estagnação ou possível retração. Na chegada, era comum ouvir que “o quente agora é Canaã” (município vizinho em que a Vale implanta outras minas, inclusive a que será a maior do Brasil, o “Projeto S11D”, ou Serra Sul). O contexto encontrado em campo foi, portanto, no que se refere à expansão da indústria da mineração, característico não apenas da fase de operação (considerado o ciclo de implantação, operação e fechamento das minas), mas de uma operação em estado de interrupção

completa das atividades de extração e beneficiamento. É sabido que, em geral, é na fase de implantação que a mineração utiliza mais força de trabalho por causa das obras de instalação e construção de infraestrutura, por exemplo. Na fase de operação há uma redução considerável de postos de trabalho, principalmente do consumo de força de trabalho não qualificada por parte das empresas subcontratadas pela Vale. E é justamente nessas subcontratadas (terceirizadas e quarterizadas), que se concentra a massa de trabalhadores superexplorados, dadas as condições de baixos salários, prolongamento e intensificação das jornadas de trabalho.

Neste sentido, acompanhei o deslocamento de trabalhadores diretos da Vale para outras unidades de trabalho, em outros municípios, e também o fechamento de postos de trabalho nas atividades subsidiárias como era o caso dos transportes de cargas e de pessoas, dentre muitos outros. Pude perceber, nesse sentido, os efeitos do crescimento recente dos anos anteriores, que teria tido o ano de 2009 como ápice, bem como da transição para o início da fase de operação. Isso abria a possibilidade de se verificar uma camada de trabalhadores que veio na grande onda dos períodos iniciais, mas que teria se estabelecido nos bairros de ocupação recente do município, exercendo atividades no ramo de serviços (transporte, segurança de patrimônio, segurança do trabalho, vigilância, limpeza, contabilidade, eletromecânica não especializada, etc). Por outro lado, dada a decisão por parte da Vale de continuar algumas obras como a construção de casas, pavimentação de pontes, ruas e rodovias, etc, também pude verificar a permanência dos trabalhadores empregados no ramo da construção civil na cidade. Logo no início, verifiquei que essa camada não se confundia mais com a massa de trabalhadores não qualificados que procurou as cidades no seu período “quente” e que, em seguida, se tornou supérflua pela supressão dos postos de trabalho que ocupava. Ela sugeriria percursos sociais singulares e, embora muito menos presente em termos absolutos, empiricamente observáveis e socialmente significativos, na medida em que sugeririam trajetórias de proletarização estabilizadas num circuito diferente daqueles percursos que se mantinham nas atividades da rede de produção agropecuária e/ou da construção civil desmobilizada após a fase de implantação das minas². Os locais de moradia dessa camada de trabalhadores eram bairros de ocupação recente, cujos

² Na literatura de denúncia dos efeitos da mineração industrial se afirma que apenas cerca de 30% dos migrantes atraídos na primeira fase permaneceriam nas áreas das novas minas (Cepasp, 2010). Ainda que tal porcentagem esteja sobre ou subestimada, é a própria existência desse tipo de trajetória que nos permite afirmar a significância social do fenômeno.

terrenos foram adquiridos por doação, compra ou financiamento junto a órgãos do governo municipal. No momento da pesquisa, era comum verificar a construção de casas de alvenaria numa parte do lote e, noutra, a casa de madeira que fora ocupada pelo grupo doméstico anteriormente.

Por outro lado, notei ainda que seria possível verificar localidades que concentravam trabalhadores que estariam numa situação de latente mobilidade, em geral, desempregados e/ou exercendo atividades nas redes informais de construção civil e de outros serviços na cidade. Ainda que professassem o desejo de se mudar em busca de emprego em outro município, às vezes, eles também teriam procurado aqueles municípios no período de implantação e lá se mantido até o momento da pesquisa, estabelecendo grupos domésticos com indivíduos com quem manteve relações no período ou trazendo outros indivíduos de um núcleo familiar localizado em outra região. O local de moradia desses trabalhadores era mais variado que o primeiro, mas, em geral, pareciam estar em busca de estadias pelas quais não tivessem que pagar para morar, especialmente dos lotes doados pelas prefeituras ou “grilados” por eles mesmos³. Parte deles era seguidamente expulsa de algumas áreas por ordem de seus proprietários com apoio das polícias. Em seguida, voltava a ocupar outra área ou, sem alternativas, se deslocava para outras cidades em busca de trabalho e moradia.

No que se refere aos trabalhadores em trânsito, entrevistados em dormitórios dessas cidades, em geral, solteiros e sem família no local, os percursos de trabalho registrados por mim eram predominantemente concentrados na rede de produção agropecuária, ou em atividades associadas como extração de madeira. Os padrões de circulação nas cidades variaram entre duas situações principais: como assalariados mensalistas e como trabalhadores temporários remunerados por diárias ou por pequenas tarefas em atividades variadas das empresas agropecuárias. Dependendo do vínculo, permaneciam mais ou menos tempo em cada fazenda.

No que concerne à análise dos percursos sociais desse conjunto de trabalhadores, em geral bastante complexo por conta da intensa movimentação espacial, diversidade e provisoriade das situações de trabalho, interessa aqui frisar dois aspectos: a circulação nas atividades sub-remuneradas e não qualificadas da construção civil de grandes obras ou em grandes centros urbanos (em distintas regiões do país, circulação essa situada antes e depois de outras diversas vinculações em fazendas e na agropecuária em geral) e

³ Os grilos designam áreas em que determinados grupos de pessoas se organizam para invadir e “tomar” ou “tirar” lotes, ou seja, cercar terrenos para a construção de casas para elas mesmas e suas famílias.

a circulação no mercado de trabalho local, em especial nos ofícios remunerados por diárias nas cidades que apresentaram crescimento acelerado na região. Sendo assim, tais percursos não representaram apenas circulação em atividades na frente de expansão agropecuária nos denominados rincões do país, mas, quase sempre, também nas obras dos grandes centros ou nas grandes obras que exigiram maior consumo de força de trabalho não qualificada nos últimos 30 a 40 anos (construção de usinas hidrelétricas, rodovias, obras do “Programa de Aceleração do Crescimento” nos governos Lula e Dilma, na construção civil em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e de outros grandes centros urbanos, etc). Além disso, a circulação nas atividades do mercado de trabalho informal local das cidades que cresceram aceleradamente também foi uma constante, como era o caso das que mencionei aqui ou de outras consideradas “mais quentes” no momento, que esses trabalhadores indicavam como sendo seus próximos destinos em busca de trabalho.

Neste sentido, o contingente de trabalhadores atraído para essas cidades da mineração se desloca de forma a acompanhar a circulação do capital, buscando os lugares tidos como “quentes” para encontrar trabalho, seja no momento específico de construção da mina, nas firmas subcontratadas pela transnacional Vale, seja nos mais variados tipos de trabalho informal que acompanham esse momento de construção. As dinâmicas de implantação, expansão e estagnação da grande empresa de mineração alteraram, concentraram e, em certo sentido, centralizaram um amplo mercado de trabalho cujas atividades foram instauradas direta e indiretamente por ela. Na prática, tudo se amplia (ou se retrai, ou mesmo acaba) de acordo com o que ocorre com a grande empresa. É a partir das condições tempo-espaciais da circulação do capital e das condições sociais de acumulação do capital que esse contingente de trabalhadores se forma e se reproduz socialmente, sendo recrutado por um breve momento e logo em seguida expulso, sem mais trabalho e moradia nos arredores da mina construída. Interessa, portanto, retomar as noções de fluência, latência e estagnação a que Marx se refere para dar conta do exército industrial de reserva e de seu movimento mas também, além do conceito, a descrição que ele fez de determinadas frações do proletariado inglês e irlandês do século XIX (principalmente se quisermos compreender essas formas contemporâneas de circulação da força de trabalho nos países dependentes latino-americanos hoje).

No caso da Inglaterra, Marx citou a existência do que chamou de uma “população nômade”, que, segundo ele, seria “(...) uma camada da população de origem rural e cuja ocupação é em grande parte industrial. Ela constitui a infantaria ligeira do capital, que, segundo suas próprias necessidades, ora a manobra para este lado, ora para aquele. Quando não está em marcha, ela ‘acampa’. O trabalho nômade é empregado em diversas operações de construção e drenagem, na fabricação de tijolos, queima de cal, construção de ferrovias etc.” (grifos meus; Marx, 2013: 738).

No caso da Irlanda, Marx analisou o fluxo campo-cidade-campo que caracterizaria um típico proletariado “sem eira nem beira”, considerando um contexto no qual a indústria não recruta o exército de reserva:

A insegurança e a irregularidade da ocupação, a frequente repetição e a longa duração das paralisações do trabalho, em suma, todos esses sintomas de uma superpopulação relativa figuram nos relatórios dos inspetores da administração de beneficência como outras queixas do proletariado agrícola irlandês. Recorde-se de que encontramos fenômenos semelhantes quando tratamos do proletariado agrícola inglês. Mas a diferença é que na Inglaterra, país industrial, a indústria recruta sua reserva no campo, enquanto na Irlanda, país agrário, a agricultura recruta sua reserva nas cidades, no refúgio dos trabalhadores agrícolas expulsos do campo. Lá, os supranumerários da agricultura se transformam em trabalhadores fabris; aqui, aqueles que foram expulsos para as cidades, ao mesmo tempo que exercem pressão sobre o salário urbano, continuam a ser trabalhadores rurais e são constantemente rechaçados de volta ao campo em busca de trabalho. (grifos meus; Marx, 2013: 780).

Guardadas as devidas proporções, a curiosa semelhança entre essas frações da classe trabalhadora do século XIX descritas por Marx e o proletariado formado em torno das cidades da mineração no Brasil atual talvez não seja tão fortuita, em especial, por conta da sucessão de grandes projetos e da implantação das grandes e médias empresas pecuárias das últimas décadas, bem como da atual expansão da moderna e “enxuta” indústria extrativa no norte do Brasil⁴.

⁴ No caso do Brasil, a construção da ferrovia de Carajás e, principalmente, das estradas aceleraram de maneira profunda a acumulação do capital. Cabe à circulação das forças de trabalho a famosa passagem dos Grundrisse em que Marx analisa a destruição do espaço pelo tempo (Marx, 2011: 445).

A guinada extrativista e a reprimarização da economia dependente latino-americana⁵ recolocam na ordem do dia pautas históricas, formadas a partir da velha economia exportadora do século XIX (dependência, transferência de valor, superexploração), mas também suas antigas circularidades e mobilidades do trabalho, mesmo que agora sob moldes industriais moderníssimos e que resultam, por exemplo, com o acesso a meios de transporte mais desenvolvidos, em um ultra-acelerado e cada vez mais “onipresente” exército de reserva, recrutado para a expansão e acumulação do capital transnacional sob um regime de superexploração do trabalho⁶.

Afinal, o trabalho requerido nas últimas décadas foi o “trabalho nômade” da construção das estradas, da construção civil de “grandes obras” Brasil afora, dos inúmeros trabalhos temporários nas empresas agropecuárias e nos serviços das novas cidades mineiras, cujas indústrias recrutam através de subcontratadas, e pouco. Para o trabalhador que se lançou “*no mundo*” nesse contexto, a venda da força de trabalho significa, sem dúvida, intenso deslocamento. Não é por menos que, para eles, trabalhar significa “andar”, “correr *trecho*”, “sumir *no mundo*”, definitivamente, não ficar “parado”. A metáfora de Marx em relação ao exército industrial de reserva aqui é completa: para trabalhar é preciso fluir.

Rotatividade e fim da estabilidade: rumo a uma “classe trabalhadora de reserva”?

A proletarização, como já demonstrei, foi um processo plural e que apresentou formas diferenciadas, criando um proletariado que não era homogêneo. Mesmo quando tal processo representou a prestação de serviços na indústria e a formação de um grupo mais “fixo”, como descrevi acima, constituído por trabalhadores que eram, em geral, pequenos produtores rurais (ou filhos deles), e, no momento da pesquisa, circulavam em *firmas*, empresas de prestação de serviços subcontratadas da empresa transnacional, esse processo significava inserção e reprodução num mercado de trabalho também altamente circulatório. A diferença foi que a nova circulação dessa força de trabalho não era mais

⁵ A expansão da megamineração transnacional tem sido estudada desde o México até a Argentina, denunciando-se a integração subordinada e dependente que tem sido reservada pelo capitalismo global para os países da América Latina que, como é o caso do Brasil, estão sendo reconvertidos em exportadores de commodities minerais e agrícolas. Ver, dentre outros: Fernandes et al., 2011; Svampa e Antonelli, 2010; Delgado Ramos, 2013, 2010; Seoane, 2013. Para o caso específico da Amazônia brasileira, ver Cepasp (2010); Neto e Pinassi (2012).

⁶ Considerando o contexto de uma economia dependente, há a produção do que chamei em outro momento de um *exército industrial de reserva ampliado*. Ver “Exército industrial de reserva e superexploração do trabalho: revisitando a teoria de Ruy Mauro Marini” (Felix, 2014).

atrelada ao deslocamento espacial. Para os que tiveram essa trajetória, portanto, a formalização dos contratos nas terceirizadas da Vale não significou uma menor circulação da força de trabalho⁷.

Como é característico das terceirizações, seus empregos variavam de acordo com os contratos firmados entre a empresa principal e a empresa vencedora da concorrência, por tempo limitado. Findo esse prazo, em geral de um ano, a mesma empresa pode renovar o contrato ou não, assumindo outra empresa, normalmente para oferecer os mesmos serviços e, de preferência, a menor custo. Assim, esses trabalhadores eram demitidos e recontratados, submetendo-se a avaliações e seleções constantes⁸. Eles eram a expressão mais contundente da adoção de um regime de “acumulação flexível” por parte do grande capital e das suas estratégias empresariais de “contratação *just in time*”, de “fim dos estoques” de força de trabalho. Obviamente, em especial após a privatização da antiga Companhia Vale do Rio Doce em 1997, essa política não se restringe aos terceirizados, embora eles representem a “infantaria ligeira do capital” e a adequação flexível do emprego ao limite das micro-oscilações do mercado. Após a crise de 2008, por exemplo, a Vale demitiu no Brasil cerca de 2 mil trabalhadores diretos (e de 12 mil terceirizados), mantendo, no entanto, intocados os valores pagos aos acionistas e diretores, assim como a política de aquisições de outras empresas e minas em todo o mundo, conforme denunciou o Movimento dos Atingidos pela Vale (2010). O risco de demissões também é apontado como responsável pela inexistência de greves. Houve apenas uma na história da empresa no Brasil, em 1989.

Contudo, a condição desses trabalhadores reflete uma característica predominante não apenas da Vale mas do atual mercado de trabalho em geral. No Brasil, a probabilidade de duas pessoas continuarem juntas após um ano de empresa hoje é de apenas 13%. Na década de 1990, 45% dos trabalhadores com carteira assinada

⁷ O mesmo ocorreu com os trabalhadores que circulavam nas fazendas que eram, na maioria das vezes, contratados por 3 meses, ou menos, e despedidos em seguida. As empresas agropecuárias da região, por conta da fiscalização trabalhista dos últimos anos em combate ao denominado “trabalho escravo”, normalmente formalizavam a contratação dos trabalhadores como “contratos de experiência” (sem direitos trabalhistas), com remuneração mínima (serviços gerais).

⁸ Neste sistema, por exemplo, a remuneração permanece sempre baixa, não há direito a greve e, certos casos, também não há férias, já que o período de férias é o da recontração (prática que é reconhecida entre os trabalhadores como “rodar carteira”, quando se faz uma nova carteira de trabalho para ser recontratado temporariamente). A Vale já foi condenada judicialmente no Brasil em 2003 por conta de uma cooperativa contratada que não tinha funcionários, mas 50 “sócios”, que, portanto, não tinham direito a férias nem 13º salário. Os trabalhadores já tinham sido funcionários diretos e foram demitidos (antes exerciam a mesma função e recebiam remuneração superior).

trocavam de emprego em um ano. A taxa acelerou para 53,9%, em 2002, e atualmente chega a 64%. As taxas de *turnover* no mercado formal são das mais altas do mundo. O tempo médio de emprego era de 4,4 anos no ano 2000 e de 3,9 anos em 2009 (Dieese, 2011: 17). Há também uma fração de empregos em que a rotação é ainda mais curta. Em aproximadamente 63,6% dos casos de desligamento ao longo da década de 2000, o tempo de trabalho não durou sequer um ano (id. ib.: 53).

O mercado de trabalho formal brasileiro, dados os baixos salários, é um dos mais “flexíveis”, quer dizer, um dos que é mais fácil (menos custoso) demitir/contratar um trabalhador e adotar estratégias de “giro de pessoal” por parte das gerências das empresas. Isso não é exclusividade do Brasil, embora, de fato, aqui apresente cifras muito distantes, em especial, dos países centrais que ainda erigem traços da antiga tradição fordista e do Estado de Bem Estar Social. Mas nos EUA, reino da “flexibilidade”, por exemplo, o tempo médio é ainda menor⁹.

Recentemente, em meio à luta de classes em torno da questão dos custos do *turnover* no Brasil, o governo Dilma/PT penalizou os trabalhadores, reduzindo o acesso ao seguro-desemprego, especialmente para jovens e precarizados. Por outro lado, também crescem as pressões pelo fim do regime de estabilidade que vigora no setor público, visando estabelecer um mercado plenamente “flexível”.

A metamorfose de um proletariado “estável” e “fixo” para um “flexível” e “móvel” está em curso, mesmo nos restritos nichos que ele teria assumido essa condição na periferia do capitalismo. Nas economias centrais, ele erode junto com o fordismo, motivando abordagens a respeito de um “retorno da superexploração”, como afirma Harvey (2008), da crise da sociedade salarial, emergência de um precariado, etc¹⁰.

Sob um regime de acumulação flexível, as formas que assume hoje a circulação de força de trabalho fazem diminuir cada vez mais a distância entre exército ativo e exército de reserva, constituindo uma classe trabalhadora constantemente sem emprego. Há, nesse sentido, maior aceleração e amplitude da circulação das forças de trabalho. Aquilo o que caracterizava historicamente as camadas do exército de reserva tal como descrito por Marx agora também são características, ou situações, da classe trabalhadora

⁹ É preciso frisar que nesses países o que predomina no mercado de trabalho é o assalariamento formalizado da força de trabalho, ao contrário do Brasil e de outras economias dependentes. Os dados do Brasil se referem apenas ao mercado formal. Se os dados compreendessem o setor informal, que é ainda mais dinâmico, o tempo seria menor.

¹⁰ Para uma análise do fenômeno da superexploração da força de trabalho atualmente, ver Sotelo Valencia (2012).

como um todo. Em vez de fronteira, há trânsito. Isso nos leva a considerar que Marx teria acertado, afinal, ao desdobrar essas camadas do mesmo processo que forma a classe trabalhadora. Enfim, separar os que trabalham dos que “não trabalham”, os proletários dos “marginais” ou os operários dos “excluídos”, faz menos sentido ainda do que já não fazia antes.

Neste sentido, e nesse contexto, ganha importância o estudo das formas que assumem hoje as frações que estão sendo incorporadas à classe trabalhadora, assim como os fluxos que estabelecem nesse processo, muitas vezes permanentemente circulares, entre espaços rurais e urbanos, formais e informais e entre as mais diversas condições proletárias.

Referências bibliográficas

- Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. *Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo*. I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010.
- CEPASP. *Impactos da mineração no sudeste paraense*. Marabá: Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular, 2010.
- Delgado Ramos, Gian Carlo. (ed). (2010). *Ecología política de la minería en América Latina*. Mexico: CIICH/UNAM.
- Delgado Ramos, Gian Carlo. (ed). (2013). *Ecología política del extractivismo en América Latina*. Buenos Aires: Clacso.
- DIEESE. *Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho*. São Paulo: DIEESE, 2011.
- Felix, Gil. “Os vira-mundos e a condição camponesa”. En: Neves, D. P. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, vol. 2, Coleção História Social do Campesinato no Brasil. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/NEAD, 2009.
- Felix, Gil. Exército industrial de reserva e superexploração do trabalho: revisitando a teoria de Ruy Mauro Marini. Mimeo, 2014.
- Felix, Gil. *O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental*. Niterói: Editora da UFF, 2008.
- Fernandes, Francisco et al. (eds.). (2011). *Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: grandes minas*. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI.
- Harvey, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.
- Marx, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- Marx, K. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Neto, Raimundo; Pinassi, Maria Orlanda. La minería y la lógica de producción destructiva en la Amazonía brasileña. *Herramienta*, nº 51, octubre de 2012.
- Seoane, Jose et al. (2013). *Extractivismo, despojo y crisis climática*. Buenos Aires: Herramienta.
- Sotelo Valencia, Adrián. *Los rumbos del trabajo: superexplotación y precariedad social en el siglo XXI*. Mexico DF: UNAM/Miguel Ángel Porrúa, 2012.
- Svampa, M.; Antonelli, M. (2010). *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*. Buenos Aires: Biblos.